

EDUCAÇÃO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

MARIA DAS GRAÇAS SODRÉ FRAGA MAIA¹

Resumo

O objetivo principal dessa pesquisa é contribuir para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional e para a mobilização da responsabilidade social do empresariado local e regional. Dada a importância da educação para a qualidade do desempenho dos recursos humanos, procurou-se levantar informações sobre a escolaridade da população do Vale do São Francisco, principalmente em relação aos municípios de Barra, Xique-Xique, Juazeiro e Petrolina, buscando relacionar esses dados com a renda, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dentre outros. Vários são os desafios para essa região: grande parte da população ainda é analfabeta ou com baixa escolaridade (reduzido o número de séries concluídas); os que vivem no campo têm dificuldades de acesso à escola; a transposição impacta na educação, pela dificuldade causada pelo reassentamento; é reduzido o número de matrículas no ensino superior; inexistente interesse das empresas em investir nas pessoas; há necessidade de maior conscientização sobre o potencial na região e da importância do associativismo com o objetivo de garantir o interesse dos associados e da melhoria da qualidade técnica, social e profissional dos mesmos.

Palavras-chave: Educação; Desenvolvimento regional; Pobreza.

Abstract

The main objective of this research was to contribute to the establishment of public policies for regional development and mobilization of social responsibility of local and regional business community. Given the importance of the education for the quality of human resources performance, we tried to gather information about the schooling of the population of Vale do São Francisco, especially around the counties of Barra, Xique-Xique, Juazeiro and Petrolina, etc. There are several challenges for this region: most of the population is still illiterate or with low education (reduced the number of grades completed), those who lives in countryside have access difficulties to school; the transposition impacts on the education, because of the difficulty caused by resettlement; is reduced the number of registrations for higher education; non-existent interest of companies to invest in

people, there is a need for greater awareness of the potential in the region and the importance of associations in order to ensure the interests of members and improving the technical, social and professional quality of them.

Keywords: Education; Regional development; Poverty.

JEL: I12; I21

Introdução

Esse estudo faz parte do Projeto Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento, com foco nos municípios de Juazeiro/Petrolina e Barra/Xique-Xique, o qual constatou que mudanças na região, a partir do século XX, em função da Barragem de Sobradinho e da agricultura irrigada.

Branco e Vainsencher (2001) afirmam que a localização do Semiárido irrigado é um elemento que contribui de forma “significativa para o fomento do setor produtivo” da região. Nesse contexto, o êxodo das populações das zonas rurais de

¹ Doutora em Geografia – Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional. Membro do Grupo de Pesquisas em Turismo e meio Ambiente - GPTURIS da Universidade Salvador - UNIFACS. E-mail: graca.maia@unifacs.br

“ *Também não havia interesse das empresas em investir na educação formal das pessoas envolvidas no processo produtivo,* ”

sequeiro², principalmente para Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), possibilita a abundância de mão-de-obra no referido setor. Essa região de clima seco e água de boa qualidade representa para essa população, oriunda de regiões assoladas pela seca, um “oásis no deserto”. Todas as condições desse pólo são extremamente favoráveis para a fruticultura, o que possibilitou atingir um padrão de qualidade internacional de produção, possibilitando a exportação, principalmente da uva e da manga, para a Europa e Estados Unidos.

Com a implantação da agricultura irrigada, quando foram introduzidas novas culturas associadas a técnicas cada vez mais sofisticadas, houve uma pressão para uma melhor formação das pessoas da região.

No entanto, um número considerável de pessoas é analfabeto ou só consegue assinar o próprio nome, daí não reunir condições de utilizar novas técnicas nem ocupar postos mais elevados nas empresas. Também não havia interesse das empresas em investir na educação formal das pessoas envolvidas no processo produtivo, uma vez que o seu objetivo, em grande parte, estava reduzido à produção de frutas de boa qualidade que lhes permitia auferir parcelas de lucro cada vez maiores. De acordo com Branco e Vainsencher (2001),

Os empresários, por sua vez, enfatizaram que a(o)s trabalhadora(e)s possuíam níveis muito baixos de educação e de conhecimen-

tos. E que as empresas não tinham interesse em conscientizá-lo(a)s sobre assuntos adicionais que não os relacionados, exclusivamente, às suas atividades produtivas: interessava-lhes, somente, o desenvolvimento da própria produção, e ponto final.

Analfabetismo e Renda

Embora o número de analfabetos no Brasil venha reduzindo ao longo

dos anos, (saímos de 65,3% em 1900 para 13,6% em 2000), conforme apresentado na Tabela 1, o seu número ainda é significativo. Principalmente quando se consideram as discrepâncias regionais (Estados e municípios mais ricos, população urbana com número menor de pessoas nessa condição) e o conceito de analfabeto funcional, mais utilizado no mundo e que inclui todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas.

Tabela 1 – Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais Brasil - 1900/2000³

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total	Analfabeta	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: Mapa do Analfabetismo no Brasil (INEP)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda considera alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”, base dos dados disponibilizada para os estudos. Se for considerado esse referencial, o número de analfabetos é muito superior ao apresentado (vide Tabela 2).

Se fosse aplicado o referido conceito, a situação da população dos municípios do Vale do São Francisco seria bem pior, uma vez que, em alguns deles, o número médio de séries concluídas da população com idade superior a 15 anos é inferior a quatro, a exemplo de Pilão Arcado (2,13), Sento Sé (3,26) e Remanso (3,7).

O Brasil é um país com uma das maiores concentrações de renda do mundo. De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil, “a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que aquela dos 20% mais pobres”. Dados comprovam que a educação e a distribuição de renda são ações que caminham juntas, conforme pode ser comprovado nos municípios estudados (Tabela 2).

² Áreas localizadas no Semiárido, não irrigadas e afetadas pela seca. A população dessa região subsiste de uma “incipiente agricultura familiar” e, por não terem outra alternativa, migram para outras cidades em função dos grandes períodos de estiagem.

³ Aí não estão incluídos os analfabetos funcionais, o que elevaria esses percentuais.

Tabela 2 – Taxa de analfabetismo versus Rendimento médio familiar, 2000

Unidades da Federação/Município	Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos ou mais	Analfabetos Funcionais	Nº médio de séries concluídas da população de 15 anos ou mais	Rendimento Domiciliar				
				Até 1 SM	Mais de 1 até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Brasil	13,6	27,8	6,23	30,5	20,1	10,6	5,6	1,9
Nordeste	26,2	42,5	4,88	38,7	29,7	17,6	9,0	3,1
Bahia	23,1	42,5	4,88	35,0	26,8	15,9	8,1	2,6
Pernambuco	24,5	37,5	5,37	38,9	28,4	16,1	8,6	3,0
Barra	35,1	61,2	3,26	45,5	34,1	24,6	11,0	1,9
Casa Nova	32,3	58,4	3,22	35,7	34,9	27,8	15,7	14,1
Juazeiro	20,5	35,5	5,47	30,8	22,8	14,5	8,2	3,7
Pilão Arcado	40,5	74,6	2,13	41,9	44,8	24,9	17,9	0,0
Remanso	33,2	55,1	3,7	41,1	34,6	20,8	12,8	4,3
Sento Sé	33,6	59,1	3,26	39,3	33,4	19,5	13,5	3,8
Xique-Xique	29,3	52,0	3,81	38,5	28,8	16,7	11,3	1,1
Petrolina	17,7	31,8	5,85	30,6	21,5	12,7	8,4	3,4

Fonte: Mapa do Analfabetismo no Brasil, 2000.

“ De acordo com dados obtidos junto à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em 2005, o índice de analfabetismo na região do Vale do São Francisco ainda era muito alto. ”

Assim, se tomarmos como base o país, com uma taxa média de analfabetismo de 13,6%, (27,8% de analfabetismo funcional), mais de 50% da população tem um rendimento domiciliar de até 3 Salários Mínimos (SM). No Nordeste, com 26,2% de analfabetos (42,5% de analfabetismo funcional), essa situação é mais grave: 68% da população têm um rendimento de até 3 SM. Entretanto,

nessa mesma região, 3,1% da população tem um rendimento médio superior a 10 SM, acima da média nacional que é de 1,9%, demonstrando uma maior concentração de renda.

Com relação aos municípios estudados, a maior média de anos de estudos ocorre em Petrolina (5,85), seguido de Juazeiro (5,47) e Xique-Xique (3,81), cidades onde estão localizadas as Instituições de Ensino Superior da região, conforme Quadro 1. São as três cidades com o menor índice de analfabetismo também, 17,7%; 20,5% e 29,3%, respectivamente. A população de Pilão Arcado é a que apresenta o menor número de séries concluídas (2,13), a maior taxa de analfabetismo (40,5%) e também a maior parcela da população com rendimento domiciliar de até 1 SM (41,9%), sendo que 86,7% recebem até 3 SM, comprovando a relação entre educação e renda. A

cidade de Barra, que detém a segunda maior taxa de analfabetismo dos municípios analisados (35,1%), possui 45,5% da população recebendo até 1 SM e 79,6% até 3 SM.

De acordo com dados obtidos junto à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em 2005, o índice de analfabetismo na região do Vale do São Francisco ainda era muito alto. Constata-se uma relação entre essa taxa e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁴ que no Município de Pilão Arcado é o menor (0,546), demonstrando que o nível de escolaridade (incluindo o número de séries concluídas) impacta nos índices econômicos e sociais. Em contrapartida, o maior IDH dentre os municípios analisados, fica com Petrolina (0,748), seguido de Juazeiro (0,683), sendo o de Petrolina superior ao dos Estados da Bahia e Pernambuco, conforme Tabela 3.

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara o grau de pobreza, alfabetização, esperança de vida, além de outros fatores. Seu cálculo vai de 0 (zero) a 1 (um), e quanto mais próximo da unidade, mais desenvolvido é considerado o país.

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo X IDH no Brasil, Bahia, Pernambuco e Municípios

Unidades da Federação/ Município	Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais	Número médio de séries concluídas da população de 15 anos ou mais	IDH
Brasil	13,6	6,23	0,764
Nordeste	26,2	4,88	-
Bahia	23,1	4,88	0,693
Pernambuco	24,5	5,37	0,692
Barra	35,1	3,26	0,586
Casa Nova	32,3	3,22	0,611
Juazeiro	20,5	5,47	0,683
Pilão Arcado	40,5	2,13	0,546
Remanso	33,2	3,7	0,615
Sento Sé	33,6	3,26	0,603
Xique-Xique	29,3	3,81	0,580
Petrolina	17,7	5,85	0,748

Fonte: Mapa do analfabetismo no Brasil, 2000.

Pode-se ainda constatar, pela análise dos dados do Mapa do Analfabetismo no Brasil e desconsiderando a faixa etária, que a situação do analfabetismo da população rural (do país e área estudada), é ainda pior que a da urbana. No caso de Barra, por exemplo, o índice de analfabetismo da população urbana atinge 20,5% e a rural, 48,4% e Remanso 23,3% e 47,3%, respectivamente. O maior índice de Analfabetismo da população urbana, dentre os municípios estudados, é o de Sento Sé (27,5%) e com relação à população rural, o Município de Barra com 48,4%.

Além da necessidade de melhoria desse índice de escolaridade, é importante a qualificação técnica adequada, principalmente para a sociedade baiana rural, conforme se pode comprovar no Relatório Final do Projeto de Cooperação Técnica IICA/PRONAF (2003).

Há uma indiscutível carência de qualificação, tanto para empresários como para trabalhadores, especialmente em atividades em que há substituição significativa de tecnologias. Há um fosso entre a educação formal básica e as neces-

sidades de conhecimentos técnicos dos produtores. A parte de que há programas informativos dos meios de comunicação, especialmente de televisão, faltam meios técnicos ao alcance da sociedade rural. Cabe desenvolver um projeto destinado a facilitar acesso a informações técnicas de nível médio para consulta.

Portanto, os não-alfabetizados baianos representavam quase o dobro da taxa brasileira. Para Frauches e Fagundes (2007, p. 24), “No campo da alfabetização, o MEC pouco atuou”.

De acordo com dados do IBGE relativos ao período de 2006-2007, o número médio de anos de estudos da população brasileira era de 6,8, um pouco melhor que o apresentado na Tabela 3. Embora tenha havido crescimento no número médio de anos de estudos da população ativa, esse indicador ainda é muito baixo. O que se verifica é a manutenção das desigualdades, uma vez que o Nordeste ainda apresenta a menor taxa de permanência nas escolas, em comparação com as demais regiões do Brasil - 5,6 anos – inferior até à da Região Norte que é de 6,2 anos. Portanto, os

“ Se forem comparados os percentuais de pessoas ocupadas de 2006 para 2007, verifica-se que enquanto a proporção dos empregados... ”

alunos não completam, em média, o ensino fundamental. A maior taxa de permanência nas escolas pertence à Região Sudeste (7,5 anos), seguida da Região Sul (7,2 anos).

Educação e Inserção no Mercado de Trabalho

Embora o Vale Sanfranciscano seja uma região com forte vocação agrícola, há uma tendência de as empresas utilizarem tecnologias cada vez mais avançadas, o que exige recursos humanos mais qualificados, como ocorre com os demais setores da economia.

Sabe-se que as possibilidades de inserção no mercado de trabalho crescem em função do número de anos de estudo, principalmente para aqueles que têm mais de 11 anos de estudo, conforme pode ser verificado na Tabela 4 (participação essa que vem aumentando ao longo dos anos). A referida Tabela demonstra o percentual de pessoas ocupadas em 6 (seis) regiões metropolitanas, com base no número de anos de estudo (IBGE, 2007) e o maior percentual de empregabilidade para aqueles que cursam um maior número de anos, comportamento semelhante para as diversas regiões do país.

Se forem comparados os percentuais de pessoas ocupadas de 2006 para 2007, verifica-se que enquanto a proporção dos empregados com mais de 11 anos de estudo aumenta, a com até 7 anos diminui, tendência que vem sendo confirmada se forem observados os anos anteriores.

Tabela 4: Distribuição das pessoas ocupadas por regiões metropolitanas e anos de estudo em 2007

Ano	Total	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	P Alegre
Sem instrução e com menos de 1 ano de estudo							
2003	3,0	4,9	3,5	2,5	3,2	2,9	2,0
2004	2,8	4,5	3,8	2,3	2,8	2,6	1,7
2005	2,4	3,9	3,0	2,0	2,5	2,4	1,4
2006	2,4	3,6	2,5	2,0	2,6	2,3	1,3
2007	2,1	3,1	2,3	2,0	2,1	2,0	1,3
1 a 3 anos de estudo							
2003	6,3	7,5	7,3	6,1	6,2	6,2	6,3
2004	5,9	7,1	6,6	5,8	5,8	5,6	5,7
2005	5,6	6,7	6,8	5,2	5,6	5,4	5,0
2006	5,3	6,3	6,0	4,8	5,5	5,1	4,7
2007	4,8	5,4	5,5	4,5	4,8	4,7	4,6
4 a 7 anos de estudo							
2003	24,7	25,5	21,9	28,7	24,2	23,6	28,2
2004	24,0	24,0	21,0	27,5	23,7	23,2	27,4
2005	23,1	23,3	21,1	26,1	22,6	22,3	26,0
2006	22,0	23,2	20,4	24,6	21,8	21,0	25,2
2007	21,2	21,9	19,0	23,9	21,1	20,2	24,4
8 a 10 anos de estudo							
2003	19,1	16,7	18,8	19,2	20,1	18,8	19,3
2004	18,6	16,5	18,0	18,8	20,0	18,1	19,2
2005	18,4	16,1	17,8	19,4	19,7	17,6	19,8
2006	18,1	15,9	18,1	19,3	19,2	17,1	19,7
2007	17,9	15,9	18,2	19,0	18,7	17,1	19,9
11 anos ou mais de estudo							
2003	46,7	44,9	48,3	43,2	46,3	48,4	43,9
2004	48,5	47,5	50,4	45,3	47,7	50,2	45,7
2005	50,3	49,8	51,1	47,1	49,5	52,2	47,5
2006	52,1	50,4	52,9	49,1	50,9	54,3	48,7
2007	53,9	53,1	54,9	50,5	53,2	55,9	49,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Mensal de Emprego

A Educação Básica

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Censo 2008), as matrículas no ensino regular da educação fundamental são ofertadas, principalmente, pela administração municipal (61,%), seguida pela rede estadual, que oferece 39% do total. Em relação a 2006, houve uma redução de 5,2% na quantidade de matrículas. Embora essa queda tenha sido

verificada em função da alteração na data de coleta de dados, a maior queda ocorreu no Nordeste (7,6%), destacando-se os Estados da Paraíba (11,1%), Pernambuco e Bahia (8,4% em ambos).

Ao analisarmos os dados da Tabela 5 verificamos que, no Brasil, 39% das matrículas são realizadas na rede estadual, enquanto que em Petrolina; 65% delas estão concentradas na mesma rede, seguida de Juazeiro com 26%, ao contrário do

que ocorre com os demais municípios sendo que em Barra, por exemplo, somente 5% das matrículas são da rede estadual. Além disso, no Brasil, a maior parte das matrículas está concentrada na área urbana (82%), o que também ocorre em cidades de maior concentração industrial, ao contrário do município de Barra que tem 64% das suas matrículas concentradas na área rural, seguida de Xique-Xique (37%) e Juazeiro (30%).

Tabela 5 – Matrícula no Ensino (Regular) Fundamental 2008

Matrículas país e Municípios do Vale São Francisco	Ensino Fundamental								
	Estadual Urbana	%	Estadual Rural	%	Municipal Urbana	%	Municipal Rural	%	Total
Brasil	10.336.137	37	564.773	2	12.791.976	45	4.465.332	16	28.158.218
Petrolina	21.572	50	6.474	15	6.226	15	8.640	20	42.912
Barra	742	5	0	0	4.465	31	9.398	64	14.605
Xique-Xique	1.528	12	0	0	6.424	51	4.657	37	12.609
Juazeiro	9.028	26	0	0	14.787	43	10.390	30	34.205
Casa Nova	1.576	10	0	0	4.075	27	9.439	63	15.090
Sento Sé	829	10	130	2	2.259	28	4.915	60	8.133
Remanso	1.681	24	0	0	2.058	29	3.354	47	7.093
Pilão Arcado	495	5	0	0	2.035	22	6.526	72	9.056

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2008

Esses dados demonstram a necessidade de maior atenção dos poderes públicos para as escolas localizadas nas áreas rurais, normalmente com dificuldades de acesso, estradas precárias, reduzido interesse de atração de professores experientes, enfim, de baixa condição para a manutenção de uma infra-estrutura que atenda às necessidades para a qualidade do ensino. Na visão de Edneusa F. de Souza, Coordenadora de Educação do IRPAA, em entrevista concedida em 2009,

[...] o campo tem as piores escolas. Os professores que têm mais dificuldade vão para o campo, os que têm menos formação [...]. A cadeira quebrada tem que ir para o interior. Essa outra concepção de quem está no campo é pobre, que não dispõe de outros elementos que tem no urbano, como se lá também não tivessem potenciais [...].

Por essas e outras razões, quantos não precisam sair da área rural ou enviar seus filhos para estudar em outros municípios até mesmo estados diferentes, com a expectativa de melhorar as condições de vida da família, principalmente no momento de cursar o ensino médio: “[...]_o sertanejo vende a sua fazendinha, o seu sítio, a sua rocinha,

a sua casa. Se desloca para os grandes centros urbanos, vai inchar as periferias. Vai viver na miséria, aí sim, já não tem mais terra, já não tem mais casa.” “De dono passa a ser empregado”, conclui a entrevistada.

Nesse grau de ensino, verifica-se que as matrículas estão concentradas

no ensino médio regular (Tabela 6), sendo que embora a média brasileira seja de somente 14% no ensino médio integrado à educação profissional, a Bahia e os municípios de Salvador e Xique-Xique extrapolam esse indicador (18%, 27% e 15% respectivamente).

Tabela 6 – Matrículas no Ensino Médio (Estadual e Municipal), 2008

Matrículas país e Municípios do Vale São Francisco	Ensino Regular		EJA presencial		Educação Especial		Total Médio e integrado à Educação Profissional
	Médio	%	Médio e Integrado à Educação	%	Médio e Integrado à Educação		
Brasil	7.297.807	86	1.189.495	14	2.794		8.490.096
Bahia	601.297	82	130.172	18	68		731.537
Salvador	108.469	73	39.695	27	2		148.166
Barra	2.051	100	0	0	0		2.051
Xique-Xique	2.334	85	416	15	0		2.750
Juazeiro	10.620	86	1.657	13	1		12.278
Pernambuco	385.073	93	31.143	7	11		416.227
Recife	71.385	93	5.655	7	3		77.043
Petrolina	13.062	87	1.976	13	4		15.042

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2008

Considerando-se que nos municípios do semiárido há grande parcela da população no meio rural e formada de pequenos agricultores, até para melhorar desempenho nesta mesma atividade, há necessidade de focalizar, principalmente nessas localidades, nas suas necessidades específicas.

Em um dos capítulos da sua tese, Oliveira (2005, p. 81) trata das “Pedagogias alternativas de educação para o meio rural: A Contribuição do Terceiro Setor” trazendo experiências nascidas fora do ambiente acadêmico e do siste-

ma oficial de ensino para atender aos interesses dessa população rural no sentido de “construir uma identidade para as escolas do campo”. Dada a importância de algumas Organizações Não Governamentais (ONG) na educação e formação de parte da população do semiárido, como forma de: promover o conhecimento e a cidadania, capacitar as pessoas para o trabalho, estimular a organização comunitária, etc., a autora destaca as atividades do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) (no Município de Valente), que desenvolvem ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar com impacto no desenvolvimento local sustentável.

O IRPAA, fundado em 1990 e com sede em Juazeiro, nasceu de uma preocupação com a questão do Semiárido brasileiro. A sua proposta é fazer uma reflexão sobre como combater a seca, que é um fenômeno natural, e como conviver com ela e com o Semiárido, respeitando através dos projetos que desenvolve as características físicas do local, a sua cultura e a sua gente. Conforme uma das entrevistas, o referido Instituto contribui para que as pessoas possam “Conviver com o Semiárido, na perspectiva de desenvolvimento humano sustentável, [...] melhor conhecer a região, construir conhecimento e maneiras para viver bem nesse lugar”. O Instituto, destaca, ressalta as potencialidades locais e ensina a convivência com a diversidade climática da região, situação contrária à divulgada pela mídia, que demonstra falta de conhecimento da região, quando lhe atribui características como um lugar seco, de fome, de miséria e sem possibilidade de vida.

Dentre os projetos coordenados pelo IRPPA, “Em cada Saber um Jeito de Ser”, voltado para a educação de jovens e adultos do Semiárido, é resultado de uma parceria com as prefeituras dos municípios e a Natura Cosméticos. Nele são utiliza-

dos módulos que abordam temas do cotidiano, estimulando uma reflexão crítica da realidade da comunidade.

Portanto a ação dessas ONGs, na qual se inclui a ação Pastoral, contribui para a manutenção das pessoas no campo e com melhor qualidade de vida, pois como afirma Oliveira (2005, p.254): “[...] nos Municípios de Juazeiro e Uauá a maioria das escolas rurais tendem a ser a típica escola urbana tradicional, com objetivos alheios à sua realidade, produzindo-se uma disfuncionalidade com o seu meio, decorrente do modelo educativo que serve mais à cidade do que ao campo”. Daí reforça a importância de construir, conforme afirma um dos entrevistados, um currículo contextualizado: “[...] que dialogue com a realidade local, que não se feche [...]”.

Considerando que a educação objetiva a formação de pessoas com capacidade

“[...] para compreender o mundo nas suas várias nuances sem contudo perder aquilo que lhe é identificador, a profissionalização dos agricultores requer uma imprescindível revolução na qualidade, utilidade e aplicabilidade dos conteúdos educativos, porque para o seu desenvolvimento o campo

necessita de líderes que transformem a realidade produtiva em qualidade de vida”. (OLIVEIRA, 2005, p. 255)

Isso implica na importância na formação de professores que se preocupem com a realidade na qual serão inseridos.

Além dos problemas citados, considerando as avaliações realizadas no ensino fundamental (rede pública) ou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), verifica-se que ainda há um grande percurso para a melhoria do ensino regular no país. Esses resultados refletem no ensino superior e na qualidade dos nossos professores, criando um círculo vicioso. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Tabela 7, considerando a pontuação de 0 a 10, a educação do país não consegue atingir a média (5). Se considerarmos alguns municípios do Vale do São Francisco, a exemplo de Xique-Xique, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, os resultados da 8ª série, em 2009, não atingiram 30% da prova. O mesmo ocorreu com os estudantes da 4ª série dos municípios de Casa Nova e Pilão Arcado que obtiveram a média de 2,7 e 2,2, respectivamente, inferior à nacional de 4,6.

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Rede Pública, 2009

Unidades da Federação /Municípios	4 série		8 série	
	2007	2009	2007	2009
Brasil	4,2	4,6	3,8	4,0
Pernambuco	3,6	4,1	2,9	3,4
Petrolina	3,5	3,9	3,1	3,6
Bahia	3,4	3,8	3,0	3,1
Juazeiro	3,3	3,5	2,9	3,1
Barra	3,1	3,6	2,8	3,0
Xique-Xique	3,2	4,1	2,8	2,7
Casa Nova	2,4	2,7	2,4	2,5
Sento Sé	3,2	3,3	2,9	2,6
Remanso	3,0	3,0	3,0	3,0
Pilão Arcado	2,3	2,2	3,1	2,4

Fonte: Ministério da Educação, 2009

No Ensino Médio a situação não é diferente. Os dados do ENEM (2009) publicados pelo MEC demonstram que, enquanto a maior média do país ocorreu em São Paulo (749,7), Recife apresentou as suas médias entre o intervalo de 387,96 a 629,09 e Salvador entre 405,91 a 681,47. Uma das escolas da capital baiana ficou entre as nove melhores do país. As escolas da cidade de Petrolina tiveram o desempenho entre 445,36 a 531,57; Juazeiro entre 436,90 e 557,50 e Xique-Xique, 421,36 (só uma escola foi apresentada). O Município de Barra ficou sem resultado. Portanto, há necessidade de providências dos setores público e privado para reverter o quadro de baixo desempenho tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, o que dificulta a inserção desses jovens na sociedade atual. Um planejamento mais flexível e adequa-

do que parta do conhecimento prévio dos estudantes pelo professor, e a reavaliação da progressão imediata dos estudantes que não tenham obtido um bom resultado do aprendizado, pode representar alternativas para o baixo desempenho dos estudantes. Esse quadro é explicado pela UNESCO (2010) em função da insuficiência em alguns pontos: “oferta educacional de qualidade; financiamento e gestão educacional dos sistemas e das escolas; currículos e propostas pedagógicas e valorização; formação e condições de trabalho dos profissionais da educação”.

Buscar ampliar a oferta da educação profissional que atenda as necessidades socioeconômicas da região e da educação não formal, uma vez que a educação ocorre em outros espaços que não somente a sala de aula, pode contribuir para a qualifi-

cação e melhoria das condições de vida da população e do local onde ela está inserida. Essa educação não formal é não curricular, é oferecida através de cursos e encontros e pode ocorrer nas próprias escolas, nas comunidades, associações de moradores etc.

A Educação Superior

Com relação ao ensino superior, a meta do Plano Nacional de Educação é de atingir pelo menos 30% dos jovens entre 18 a 24 anos até 2011. Entretanto, apenas 12,1% dos jovens brasileiros nessa faixa etária estão matriculados nesse nível de ensino. (INEP Censo 2007).

Na Região do Vale do São Francisco foram identificadas **duas Instituições privadas e cinco campi de três universidades públicas, oferecendo diversos cursos, conforme relacionados no Quadro 1.**

Município	Instituição	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa	Cursos oferecidos
Juazeiro	Faculdade São Francisco de Juazeiro - FASJ	Faculdade	Privada	Administração Comunicação Social (PP)
	Universidade estadual da Bahia - UNEB	Universidade (Campus Juazeiro)	Pública - Estadual	Agronomia Comunicação Social - Jornalismo Direito Pedagogia
	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	Universidade (Campus Juazeiro)	Pública - Federal	Engenharia Agrícola e Ambiental Engenharia Civil Engenharia da Computação Engenharia de Produção Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica
Petrolina	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina	Faculdade	Pública - Municipal	Administração, Ciências Contábeis Ciência da Computação Comércio Exterior Direito Economia Secretariado Executivo Turismo.
	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	Universidade (Campus Petrolina)	Pública - Federal	Administração Enfermagem Medicina Psicologia Medicina Veterinária Zootecnia
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina CEFET Petrolina		Pública - Federal	Tecnologia em Vitivinicultura e Enologia Licenciatura em Química Tecnologia em Fruticultura Irrigada Licenciatura em Física Tecnologia em Alimentos de Origem Vegetal
	Universidade de Pernambuco	Universidade (Campus Petrolina)	Pública - Estadual	Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Português/ Inglês, Licenciatura Plena em Ciências nas Habilitações Matemática e Biologia Licenciatura Plena em História Licenciatura Plena em Geografia. Pedagogia
Xique-Xique	Universidade Estadual da Bahia - UNEB	Universidade	Pública	Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (D/N)

Quadro 1 – IES localizadas no Vale do São Francisco

Fonte: INEP (2008). UNEB (2008), UNIVASF (2008), FASETE (2008), UNEB (2008), Universidade de Pernambuco (2009).

De acordo com o Censo 2006, das 2.270 Instituições de Ensino Superior (IES) (248 públicas e 2.022 privadas), 48,15% estão concentradas na Região Sudeste (São Paulo com 23,8% das IES do país), e apenas 18,1% na Região Nordeste. O Sudeste, Região mais rica do país, também concentra 43,9% das IES públicas (248 no total), enquanto o Nordeste concentra 25,4% delas. O mesmo ocorre com relação ao número de cursos: do total (22.101), 46,8% estão no Sudeste e 17,8% no Nordeste. Se considerarmos as IES nos municípios estudados, pode-se identificar uma em Juazeiro e três na cidade de Petrolina.

A Região Sudeste concentra 42,3% da população brasileira, seguida do Nordeste com 28% e o Sul com 14% (tabela 8). Entretanto, se analisarmos as matrículas no ensino

superior, 49,9% delas estão na Região Sudeste (mais que proporcional à sua população) ficando a região Nordeste com 17% e a Sul com 18,3% (mais que proporcional à sua população). Ai já se pode notar a grande distorção no Nordeste: 28% da população contra 17% das matrículas. Isso pode explicar o porquê, de acordo com a tabela 4, a Região Metropolitana de São Paulo apresenta a maior proporção de pessoas ocupadas com mais de 11 anos de estudo, dentre as principais regiões metropolitanas do país (quase 60% da população ocupada apresentavam, em 2007, uma média superior a 11 anos de estudo). Na Bahia a distorção população X matrículas no ensino superior, é mais acentuada que em Pernambuco pois, tendo 7,7% da população do país, detém apenas 4,5% das matrículas no ensino supe-

rior, enquanto em Pernambuco a participação é de 4,6% e 3,1%, respectivamente. A situação não é diferente da região e estados do país, se analisarmos os municípios do Vale do São Francisco em relação às capitais dos estados aos quais pertencem: com 18, 1% da população, Recife apresenta uma participação de 56,4% das matrículas enquanto Petrolina, com 3,2% da população do estado, tem apenas 0,51% das matrículas no ensino superior; na Bahia, Salvador tem 20,5% da população do estado e 54% das matrículas no ensino superior. Se analisarmos todos os municípios baianos estudados, verifica-se que todos têm um percentual de população superior ao de matrículas no ensino superior, principalmente com relação aos municípios de Casa Nova, Sento Sé, Barra e Xique-Xique.

Tabela 8 – População segundo as grandes regiões, unidades da Federação e Municípios analisados.

Grandes regiões/ Unidade da Federação/ Municípios	População 2007	População %	Matrículas	Matrículas %	PIB per capita 2006
BRASIL	183.987.291	100,0	4.676.646	100,0	12.688
NORTE	14.623.316	8,0	280.554	6,0	7.989
NORDESTE	51.534.406	28,0	796.140	17,0	6.029
Pernambuco	8.485.386	4,6	146.232	3,1	6.528
Petrolina	268.339	3,2(1)	7.407	0,51(4)	6.814
Recife	1.533.580	18,1(1)	82.541	56,4(4)	12.091
Bahia	14.080.654	7,7	208.370	4,5	6.922
Casa Nova	62.862	0,4(1)	100	0,05 (4)	4.354
Juazeiro	230.538	1,6(1)	1.598	0,8(4)	6.306
Sento Sé	36.517	0,3(1)	83	0,04(4)	3.237
Barra	47.755	0,3(1)	96	0,05(4)	2.149
Xique-Xique	45.700	0,3(1)	252	0,12(4)	2.398
Salvador	2.892.625	20,5(1)	112.524	54,0(4)	8.870
SUDESTE	77.873.120	42,3	2.333.514	49,9	16.912
MG	19.273.506	10,5	487.789	10,4	11.028
S P	39.825.570	21,6	1.268.976	27,1	19.548
SUL	26.733.595	14,5	854.831	18,3	14.162
C. OESTE	13.222.854	7,2	411.607	8,8	15.552

Fonte: Censo da Educação Superior 2006; IBGE 2006 e 2007

(1) Cálculo em relação à população do Estado

(2) Cálculo em relação ao número de IES do Estado

Os impactos dos dados relativos à educação podem ser verificados no PIB per capita, principal indicador de como a riqueza da atividade econômica de um país atende ao montante da sua população e não pode ser confundido com indicador de desenvolvimento. Embora não deva ser analisado isoladamente (há necessidade de análise de variados indicadores sociais e de distribuição de renda, para se auferir o grau de desenvolvimento de um país ou estado), o referido índice demonstra que o Estado de São Paulo, apresenta o melhor desempenho, se comparado com os demais estados da federação. É o segundo maior PIB per capita do país, atrás apenas do Distrito Federal (37.600), concentra 21,6% da população brasileira e 27,1% das matrículas no ensino superior. Análise semelhante pode ser feita levando-se em consideração os estados de Pernambuco (PIB per capita 6.528) e Bahia (PIB per capita 6.922), cujas capitais apresentam resultado melhor que os municípios do Vale do São Francisco, respectivamente 12.091 e 8.870. A proporção das matrículas no ensino superior é melhor em Recife que em Salvador, assim como o PIB per capita. Considerando os municípios analisados, o maior PIB per capita fica com Petrolina 6.814, seguido de Juazeiro 6.306. São os municípios com o maior número de matrículas em relação à população e onde se encontra o maior número de IES conforme apresentado no Quadro 1.

Com relação ao ensino superior na modalidade a distância, (EAD), de acordo com dados do INEP (2007), comparando os resultados de 2003 a 2006, houve um crescimento significativo: aumento de 571% no número de cursos e de 315% no número de matrículas. Enquanto em 2005, os alunos EAD representavam 2,6% do total de estudantes, em 2006 esse percentual atingiu 4,4%. Essa modalidade permitirá uma maior facilidade de acesso por parte da população das diversas cidades que não dispõe de uma IES.

Na Bahia, portanto, a formação de recursos humanos ainda é preocupante em todas as etapas, pelas razões apresentadas, o que dificulta o desenvolvimento do Estado, principalmente porque as empresas, a cada dia, vêm exigindo, em suas seleções de pessoal, cada vez maior qualificação.

Como na atual economia há necessidade de formação de recursos humanos mais ampla, inclusive com a assimilação de novos saberes e desenvolvimento de habilidades específicas, como indicam estudos de Burnier (2004), o governo volta para a definição de novas políticas de ciência e tecnologia que visem apoiar investimentos em pesquisas “de ponta” (que exigirá profissionais qualificados), buscando resultados inovadores que possam contribuir tanto para a melhoria da qualidade de vida da população quanto para o aumento da eficiência e competitividade do setor produtivo.

Deste modo, esta pesquisa visa apontar algumas propostas que contribuam para a definição de políticas que possam promover o desenvolvimento da região através da educação.

Conclusões

De acordo com dados da pesquisa realizada, para incrementar o número de matrículas no ensino fundamental e médio, é necessário empreender vários mecanismos para ingresso e permanência das crianças e jovens na escola, dentre os quais: promover consciência coletiva quanto à importância da escola para todos (alguns locais com escolas somente para as primeiras séries do ensino fundamental); ampliar as possibilidades de acesso (estradas...) para evitar o isolamento das regiões; ampliar a qualificação dos professores e o conhecimento específico da realidade do semiárido; promover o conhecimento contextualizado com base na situação de vida da população; respeitar a pluralidade e diversidade em todos os níveis da educação; disponibilizar material didático

e de qualidade; melhorar a qualidade da educação no campo (professores, infraestrutura adequada etc.); estímulo à redução do analfabetismo em números absolutos dentre outros.

Além disso, é de fundamental importância ampliar a oferta da educação profissional seja por meio da identificação do potencial dos municípios para oferecer educação compatível com as necessidades da sociedade local, seja através da promoção do cooperativismo (Ex: mulheres catadoras de umbus), aliando o ensino com a utilização de novas tecnologias, dentre outros.

Para estimular o ingresso e permanência dos jovens no ensino superior é importante melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio, facilitando o acesso ao ensino superior; identificar a demanda local para funções em grau superior; promover a diversidade de idéias e a reflexão crítica nos cursos oferecidos pelas universidades e faculdades; ampliar a escuta e a integração das universidades com a comunidade, no sentido de identificar as suas necessidades para orientar os currículos dos seus cursos (“trabalho com direito ambiental, mas não vi essa disciplina no meu curso”, afirmou uma das pessoas ouvidas); estimular as universidades a se envolverem com os aspectos técnicos e pesquisas, sem perder de vista as implicações das ações e estudos nos aspectos sociais; ampliar recursos para a universidade pública que está no interior do Estado e tem possibilidade de interiorizar o ensino presencial, dentre outros.

O estímulo ao empreendedorismo e ao associativismo, como forma de desenvolver atividades para as quais possuam habilidades para, assim, obter melhores resultados, recorrendo inclusive a capacitações (cursos, oficinas etc.), divulgação de informações e oportunidades. Essa ação também possibilita a fixação do sertanejo no campo ou das pessoas nos pequenos municípios, com melhoria da qualidade de vida seja através de uma produção mais qua-

lificada, venda direta dos produtos pelos pequenos produtores ou reduzindo o número de “atravessadores”, dentre outros.

É também muito importante ampliar a contratação e/ou manutenção de pessoal cada vez mais qualificada pelas empresas locais, o que estimula o acesso ao ensino superior, buscando uma maior contribuição delas e/ou outros organismos para a educação.

Deve-se também buscar reduzir o fosso entre a educação formal e a necessidade de conhecimentos técnicos, possibilitando suprir a sociedade rural de meios técnicos. Além disso, pode-se destacar a importância de valorizar o magistério através da melhoria salarial dos profissionais da educação e a garantia do seu aperfeiçoamento e formação continuada, como forma de possibilitar a contratação e/ou manutenção de pessoal cada vez mais qualificado; estimular parcerias entre as universidades, comunidade e as instituições de educação formal e não formal; criar escolas técnicas com base na vocação regional; e, também; ampliar recursos para a conscientização da necessidade de preservação do meio ambiente principalmente por aqueles que poluem a água com agrotóxicos ou aqueles que o destroem para produzir (“a caatinga foi toda consumida em lenha e carvão”) ⁵.

O ponto de partida para alterar esse quadro de alto grau de analfabetismo e a baixa permanência dos jovens na escola é a garantia do direito à educação para todos e a melhoria da sua qualidade de forma a impactar nos indicadores sociais e econômicos da região.

Referências

_____. **Pesquisa mensal de emprego:** retro. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1078>. Acesso em: 18 set. 2008.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios:** síntese de indicadores.

Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese/tab3_3.pdf>. Acesso em: 20 set. 2008.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2003-2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2006/default.shtm>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

IICA - INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Relatório Final do Projeto de Cooperação Técnica IICA/PRONAF.** Análise regional da Bahia rural. Salvador: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2006.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br/censo/escolar/DOU_final_2006.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

_____. **Censo escolar da educação básica de 2008.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br/censo/escolar/DOU_final_2008.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

_____. **Educação a distância cresce mais ainda entre os cursos superiores.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news07_01.htm>. Acesso em: 28 nov. 2008.

_____. **Sinopse estatística da educação básica de 2007.** Brasília, 2008 Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>.

gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news08_08.htm> Acesso em: 28 nov. 2008.

MAIA, Maria das Graças Sodré Fraga. **A integração Universidade/empresa como fator de desenvolvimento regional:** um estudo da Região Metropolitana de Salvador. 2005. Tese (Doutorado)- Universidade de Barcelona, 2005.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. **Censo Escolar 2005.** Matrículas por município, dependência administrativa e nível/modalidade Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

PRETTO NETO, Dary; SORONDO, Fabrício Borges. **A nova metodologia de cálculo do PIB:** Brasil a 10ª Economia Mundial – e o desenvolvimento econômico? Brasília: COFECON, 2007. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br>>. Acesso em: 28 jun. 2009.

UNEB – UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.uneb.br>> Acesso em: 28 jun. 2009.

UNESCO. Qualidade educacional no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/education-in-brazil/education-quality-in-brazil/>>, Acesso em: 17 set. 2010.

UNIVASF - UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. [Site oficial]. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/>. Acesso em: 30 out. 2008.

UPE - Universidade de Pernambuco. [Site oficial]. Disponível em <http://www.upe.br/>. Acesso em: 20 jun. 2009.

⁵ Afirmação do Sr. João Lopes de Souza Ribeiro, ribeirinho de 90 anos no II Workshop Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento – um olhar do ribeirinho sobre as mudanças no seu modo de vida, realizado em Juazeiro – Bahia, em agosto de 2010.